

4ª CÂMARA CÍVEL

Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 330625-2

Recorrente: Banco do Brasil S/A

Recorrido: Mércio Marques da Silva

Relator: Des. Eurico de Barros Correia Filho

ACÓRDÃO

Ementa. *Recurso de Agravo em face de decisão terminativa que negou seguimento a recurso apelatório.*

Inscrição indevida do nome do autor/recorrido nos órgãos de restrição de crédito em decorrência de anuidade de cartão de crédito não solicitado pelo autor.

Recurso fundamentado em matéria estranha ao feito na medida em que o julgamento da apelação não ocorreu com suporte no art. 557, § 1º-A do CPC.


Inexistência nas razões recursais de qualquer elemento objetivo que justifique a reforma pretendida. Aplicação do entendimento de que a decisão deve ser mantida pelos próprios fundamentos. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça.

Recurso a que se nega provimento. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Acordam os desembargadores integrantes da 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso, de conformidade com o relatório e voto, que devidamente revistos e rubricados, passam a integrar este julgado.

Recife, 22 de maio de 2014.


Cândido J. F. Saraiva de Moraes
Des. Relator
(em exercício cumulativo)

tc



4ª CÂMARA CÍVEL

Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 330625-2

Recorrente: Banco do Brasil S/A

Recorrido: Mércio Marques da Silva

Relator: Des. Eurico de Barros Correia Filho

RELATÓRIO

Banco do Brasil S/A interpôs recurso de agravo em face da decisão terminativa de fls. 122/123 que, com fulcro no art. 557 do CPC, negou seguimento à apelação interposta em face da sentença do MM. Juízo de Direito da 3ª Vara Cível da Comarca de Caruaru/PE, proferida na Ação Indenizatória nº 0004831-44.2012.8.17.0480 que julgou procedente o pedido formulado na inicial e, por conseguinte, condenou a apelante ao pagamento R\$ 8.000,00 (oito mil reais), à título de danos morais, ante a indevida inscrição do nome da autora nos órgãos de restrição de crédito,

Segundo a inicial, defende o autor que teve seu nome negativado em razão de uma indevida cobrança de anuidades de cartão de crédito no valor de R\$ 327,52 (trezentos e vinte e sete reais e cinquenta e dois centavos), os quais, registre-se, jamais solicitou. Destaca, ainda, que havia requerido da instituição financeira, há mais de 03 (três) anos, a transferência de sua conta corrente, o que jamais teria ocorrido até a presente data.

Em suas razões recursais, destaca a instituição financeira recorrente apenas e tão somente que não restou devidamente configurados os requisitos do §1º-A do art. 557 do CPC, razão pela qual a matéria objeto do apelo deveria ser apreciada pelo órgão colegiado.

É o relatório.

Recife, 22 de maio de 2014.

Cândido J. F. Saraiva de Moraes
Des. Relator
(em exercício cumulativo)

tc

145
R

4ª CÂMARA CÍVEL

Recurso de Agravo na Apelação Cível nº 330625-2

Recorrente: Banco do Brasil S/A

Recorrido: Mércio Marques da Silva

Relator: Des. Eurico de Barros Correia Filho

VOTO

O presente recurso não merece maiores debates.

Com efeito, a decisão recorrida, com fulcro no art. 557 do CPC, negou seguimento ao recurso apelatório do Banco do Brasil S/A e, por conseguinte, manteve a sentença do Juízo *a quo* que condenou a instituição financeira ao pagamento de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), à título de danos morais, ante a indevida inscrição do nome da autora nos órgãos de restrição de crédito.

Necessário registrar que aludida negativação decorreu de uma indevida cobrança de anuidades de cartão de crédito no valor de R\$ 327,52 (trezentos e vinte e sete reais e cinquenta e dois centavos), o qual, registre-se, jamais foi solicitado pelo autor/recorrido.

Acontece que, nas razões recursais, a recorrente invoca matéria totalmente estranha ao presente feito, pois fundamenta sua pretensão de reforma no fato de que não estariam configuradas nos autos as hipóteses que autorizariam o julgamento do apelo com base no art. 557, § 1º-A do CPC, ou seja, inexistiria na decisão recorrida "*manifesto confronto com súmula ou jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal ou de Tribunal Superior*".

Todavia, há de ser registrado que a decisão não foi proferida com fulcro no art. 557, §1º-A do CPC, mas, em verdade, com suporte no § 1º do aludido dispositivo legal, ou seja, quando o recurso for "manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou em confronto com súmula ou com jurisprudência dominante do respectivo tribunal, do Supremo Tribunal Federal, ou de Tribunal Superior".

Destarte, inexistente nas razões recursais qualquer fato novo ou elemento objetivo que justifique a reforma pretendida, razão pela qual entendo ser aplicável ao caso o entendimento consagrado no colendo Superior Tribunal de Justiça de que a decisão deve ser mantida pelos seus próprios fundamentos, a saber:

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. MERA REPETIÇÃO DOS FUNDAMENTOS JÁ APRESENTADOS. MANUTENÇÃO DO DECISUM. AGRAVO IMPROVIDO. 1. Limita-se a agravante a repisar os argumentos já apresentados quando da interposição do apelo excepcional. Daí, porque, vai mantida, por seus próprios fundamentos, a decisão agravada. Acresça-se que, reproduzindo entendimento há muito firmado nesta Corte Superior, o decisum cumpriu, exatamente, a precípua função deste Sodalício, quanto à uniformização da interpretação da legislação federal. 2. Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 515.184/RS, Rel. Ministro HÉLIO QUAGLIA BARBOSA, QUARTA TURMA, julgado em 18/09/2007, DJ 08/10/2007 p. 286)

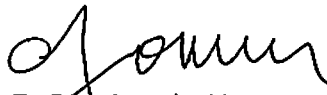
AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. FIXAÇÃO DE MULTA DIÁRIA PELO DESCUMPRIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA POR SEUS

PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.(...) Da leitura das razões expendidas na petição de agravo regimental, não se extrai argumentação relevante apta a afastar os fundamentos do julgado ora recorrido. Destarte, nada havendo a retificar ou acrescentar na decisão agravada, deve esta ser mantida por seus próprios e jurídicos fundamentos. 3. Agravo regimental desprovido. (AgRg nos EDcl no Ag 942.675/SC, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, QUARTA TURMA, julgado em 04/11/2008, DJe 17/11/2008)

AGRAVO REGIMENTAL - RESPONSABILIDADE CIVIL - DANO MORAL - AVALIAÇÃO QUANTITATIVA - EMBARGOS INFRINGENTES - ARTIGO 530 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - SÚMULA 207/STJ - DECISÃO AGRAVADA MANTIDA - IMPROVIMENTO. (...) II. A agravante não trouxe qualquer argumento capaz de modificar a conclusão alvitada, a qual se mantém por seus próprios fundamentos. Agravo improvido. (AgRg no Ag 1031359/PB, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 21/10/2008, DJe 06/11/2008)

Isto posto, voto no sentido de **negar provimento** ao presente recurso.

Recife, 22 de maio de 2014.



Cândido J. F. Saraiva de Moraes
Des. Relator
(em exercício cumulativo)

tc